

# INDÚSTRIA

## Produção industrial em 1990: uma trajetória recessiva

*Silvia Horst Campos\**

*Sérgio Fischer\*\**

### O cenário da recessão

O ano econômico de 1990 caracterizou-se por sua atipicidade. Foi um ano de troca de governo e, mais do que isto, foi o ano do melancólico e turbulento final do Governo Sarney, que, além de seu descrédito político-administrativo, se caracterizou por apresentar o início de um processo hiperinflacionário. Esse fato exigiu do novo governo o mais radical e violento "choque econômico" de quantos já se fizeram no País.

A característica básica dos processos hiperinflacionários são o descrédito na moeda e a conseqüente corrida para ativos reais. Assim, no ano de 1989, embora já se verificando um processo de desarticulação nas relações econômicas, o Brasil terminou o ano com um balanço bastante positivo para aquela realidade. O PIB apresentou taxa de crescimento anual de 3,6%, com a indústria crescendo 3,9%. O nível de desemprego foi relativamente baixo, variando em torno de 3% da População Economicamente Ativa (PEA).

---

\* Economista da FEE.

\*\* Economista da FEE e Professor da UFMG.

Quando da troca de governo, o País encontrava-se em um processo de avançada desorganização da economia, com os agentes pessimistas em relação à possibilidade de sua reorganização e estabilidade. A diminuição do ritmo de crescimento da economia, que começou a se fazer sentir nos últimos meses do Governo Sarney, apresentava-se então mais intensa.

A ruptura desse processo, imposta pelo Plano Brasil Novo do Governo Collor, ocasionou, de imediato, a interrupção do movimento ascendente dos preços e o apaziguamento das expectativas dos agentes econômicos quanto aos riscos de desorganização de suas atividades. Entretanto as repercussões no setor produtivo foram bastante acentuadas, com queda brusca nos níveis de produção.

O Plano Brasil Novo, ao "enxugar a liquidez" da economia para conter a aceleração inflacionária, induziu os agentes a reduzirem os estoques acumulados no período anterior, com o objetivo de aumentar sua capacidade de liquidez. A excessiva oferta verificada em relação àquela realidade de contenção monetária e a natural relutância de demanda em tais situações tornaram claros os efeitos recessivos do Plano. A indústria, neste contexto, entrou rapidamente em profunda recessão.

A médio prazo, porém, verificou-se que a retração da oferta industrial não teve capacidade de provocar uma queda permanente de preços. A cultura inflacionária brasileira e a estrutura produtiva cartelizada fizeram com que os agentes econômicos produzissem formas alternativas de fixação de preços, antecipando possíveis pressões de custo das tarifas públicas e sobredimensionando as margens de lucro em virtude da incerteza sobre os custos de reposição dos insumos.

## **A política industrial no primeiro ano do Governo Collor**

Embora o Plano Brasil Novo, em sua primeira fase, tenha como meta prioritária o combate ao processo inflacionário através, basicamente, de sua atuação com políticas de rendas, envolvendo uma forte compressão dos salários, e monetárias e fiscais de curto prazo, o Governo, no decorrer dos meses pós-Plano, lançou a público um conjunto de programas, inseridos em uma proposta de política industrial, com o intuito de restringir o espaço para a elevação dos preços e de lançar as bases para um processo de reorientação das atividades manufatureiras.

O anúncio da chamada Política Industrial e de Comércio Exterior ocorreu no final de junho, em um período de grande descrença na possibilidade de sucesso das medidas de estabilização então vigentes. O Governo fez um grande esforço de "marketing" em sua divulgação, buscando reorientar a discussão das questões do momento: a política salarial, a reindexação e a necessidade de novos rumos para a política econômica em face da volta da inflação.

Em relação à política industrial propriamente dita, seu conteúdo restringiu-se a uma declaração de intenções e à definição de prazos para que se estabelecessem algumas diretrizes de ação. A nível do comércio exterior, ocorreram as medidas mais concretas: redução de tarifas e isenções alfandegárias.

A liberalização das importações tinha como meta expor as indústrias locais à competição externa, como forma de forçar o aumento da eficiência produtiva e atuar sobre a estrutura cartelizada dos mercados, evitando as margens de lucro abusivas e o repasse automático dos custos de produção aos preços.

No tocante à elevação de preços, pouco foi conseguido. Apenas aumentou o impacto recessivo da política econômica em alguns segmentos. A criatividade dos empresários traduziu-se na utilização de suas próprias redes de distribuição e/ou de assistência para importar e fixar preços, especialmente de bens de consumo — bebidas, alimentos e eletrodomésticos —, ao mesmo tempo em que promoveram redução da sua produção.

Em relação à política industrial propriamente dita, a proposta apenas fixou prazos para o estabelecimento de diretrizes de ação. Nesse contexto, foram lançados, em meados de setembro, o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria e, em novembro, o Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade, ambos fruto de um diagnóstico correto da realidade industrial brasileira, porém carentes de uma explicitação maior de suas formas de implementação e financiamento, portanto, com repercussões práticas bastante modestas.

Em essência, esse conjunto de programas e proposta objetiva a modernização e a reestruturação do parque fabril nacional, capacitando-o a atingir padrões de eficiência e de tecnologia capazes de competir internacionalmente, seja no que se refere a preços, seja em relação à qualidade.

De fato, a crise dos anos 80 vivenciada pela economia brasileira repercutiu-se de forma muito desfavorável nos níveis de investimento e na modernização da estrutura produtiva do País. A taxa média de inves-

timento da década de 80 caiu bastante em relação à dos anos 70 e não permitiu que o Brasil absorvesse o acelerado desenvolvimento tecnológico verificado em escala mundial. Em consequência, a economia nacional não acompanhou os acréscimos de produtividade do Primeiro Mundo, perdendo muito do seu poder competitivo. As vantagens oferecidas pelo Brasil, que sustentaram sua capacidade de competir internacionalmente — mão-de-obra barata, matérias-primas e energia subsidiadas, reservas de mercado, incentivos fiscais e cambiais, etc. — já não conseguem compensar os ganhos de produtividade obtidos pela difusão de novas tecnologias nos países avançados, na maioria dos setores industriais. Pelo contrário, os fatores que mantinham o poder competitivo da economia brasileira se voltam contra ela. A estrutura empresarial cartelizada e com reservas de mercado tornou-se pouco receptiva à concorrência e à modernização dos parques fabris, os subsídios indiscriminados tornaram-se um peso muito grande para as contas públicas, e a utilização de mão-de-obra barata e sem ênfase em sua participação nos destinos da empresa não estimula investimentos em educação, necessários à capacitação tecnológica e à difusão de métodos modernos de gestão empresarial e de capacitação de recursos humanos.

A rigor, a proposta da Política Industrial e de Comércio Exterior é basicamente uma política aduaneira de abertura gradual da economia brasileira rumo a uma maior integração com os países desenvolvidos, com consequências sobre a estrutura industrial vigente, na medida em que induz as empresas nacionais a se modernizarem, atualizando-se tecnologicamente. A principal medida é a própria liberalização das importações, visando estimular o sistema produtivo a buscar maior eficiência e qualidade. Para que isso se realize, é necessário um conjunto de condições que viabilize o ajuste das empresas. É nesse sentido que se inserem os programas de capacitação tecnológica e o de produtividade e qualidade, incluindo-se aí a revisão da Lei de Informática e do Código de Propriedade Industrial.

Uma política industrial proposta com tais objetivos apresenta-se bastante positiva. Entretanto vários aspectos devem ser atentados no processo de sua implementação.

Em primeiro lugar, deve haver, por parte do Governo, uma melhor explicitação de quais os setores que serão priorizados nesse processo. Certamente não é possível ao Brasil apresentar competitividade internacional em todos os segmentos industriais, embora seja conveniente a modernização tecnológica (maquinário, gestão empresarial e de recursos humanos) em todas as áreas.

A escolha dos critérios e o uso de instrumento de ação governamental também não estão suficientemente explícitos. Alguns instrumentos tradicionalmente usados, como concessão de subsídios de natureza fiscal, financiamentos a juros vantajosos, etc., foram, no início do Plano, descartados sob a justificativa da necessidade de ser obtida uma maior "racionalização administrativa" das contas públicas e como exemplo de ruptura com os modelos governamentais anteriores. Essa postura restringe sobremaneira a ação do Governo, pois reduz sensivelmente sua capacidade de fazer política econômica. O problema não é o incentivo fiscal em si, mas os objetivos e critérios de mérito para os quais eles são concedidos.

De outra parte, o pressuposto básico que norteia a política industrial é que a concorrência internacional estimulará as empresas industriais a buscarem atualização tecnológica via as forças de mercado. Ora, esse fato não é tão certo de se verificar. Se o processo não acontecer de forma gradual, permitindo a adequação passo a passo dos diversos setores industriais à nova realidade, corre-se o risco de somente as empresas tecnologicamente modernas terem capacidade de competir com as do mercado internacional. As demais, que são a grande maioria, ou partem para uma associação com empresas internacionais de maior porte, ou serão simplesmente sucateadas.

Assim, o processo de liberalização pode ocasionar efeitos indesejáveis sobre a atividade econômica, conforme verificou-se com a Argentina de Martínez de Hoz. É imprescindível uma estratégia de liberação gradativa, com o abrangente programa de apoio ao ajustamento estrutural que se faz necessário, que inclua esquemas de financiamento para aquisição de maquinário e tecnologias mais modernas e, principalmente, de apoio ao treinamento da mão-de-obra. A não-explicitação das fontes de financiamento e de implementação dessas políticas, somada às restrições acima comentadas, deixa antever que a liberalização não tem a extensão que os programas estão a anunciar.

## **A indústria de transformação brasileira: três fases distintas**

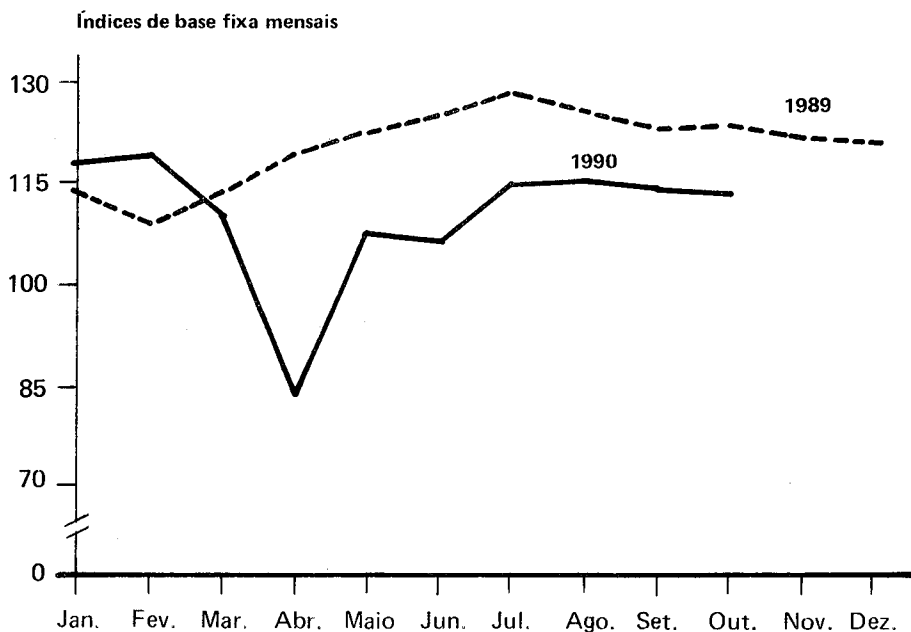
O comportamento da conjuntura industrial no ano de 1990 evidencia, principalmente a partir de março, os desdobramentos da execução da política econômica calcada numa estratégia de aperto fiscal e monetário, que, juntamente com um forte arrocho salarial, visava arrefecer o ritmo acelerado de remarcações de preços, o que teve como consequência o desaquecimento da atividade produtiva.

Com relação à evolução dos preços, os resultados almejados com a estratégia recessiva adotada pelo Governo só foram atingidos num primeiro momento, haja vista a volta das taxas de inflação aos dois dígitos a partir de julho, terminando o ano com taxas próximas a 20% ao mês. No que se refere ao desaquecimento da produção industrial, os resultados foram mais contundentes, pois, segundo estimativas recentes, ela deverá apresentar uma queda superior a 8% em 1990.

Com base na evolução do índice de base fixa ajustado sazonalmente, o que a trajetória dos níveis de produção de fato indica é que, após o segundo trimestre, que concentrou os primeiros impactos do Plano Collor, a atividade industrial pareceu tender para uma relativa estabilização em um novo patamar de produção, abaixo do crescimento de 1989 com relação à média de 1981 (Gráfico 5). A ressalva a ser feita é a de que os últimos dois meses do ano deverão apresentar um novo declínio em função da conjuntura econômica desse período.

## GRÁFICO 5

### PRODUÇÃO DESSAZONALIZADA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL – 1989/90



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os índices têm como base a média mensal de 1981=100.

Após um breve período de taxas mensais de crescimento ainda positivas da produção da indústria de transformação, começaram a ocorrer taxas negativas até o mês de outubro, último mês com dados disponíveis por ocasião da elaboração deste texto, sendo abril o mês de maior retração. As taxas acumuladas no ano e em 12 meses confirmam a tendência recessiva, principalmente a anualizada, que, por referir-se a um período de 24 meses, constitui um indicativo seguro do movimento seguido e a seguir da produção industrial. Assim sendo, são nítidos a trajetória de desaquecimento iniciada no ano em curso e seu aprofundamento a partir de outubro, quando registrou uma taxa negativa de 6,21%, a maior desde maio de 1987 (Tabela 12).

De acordo com os dados da Tabela 12 e do Gráfico 5, é possível identificar três fases distintas na trajetória da atividade manufatureira, em 1990, as quais são apresentadas na Tabela 13, ampliando-se o espectro da análise com a inclusão das taxas de crescimento acumuladas, nos períodos selecionados, por categorias de uso.

Tabela 12

Taxas de crescimento da produção física da indústria  
de transformação no Brasil — 1990

(%)

MESES	TAXAS MENSAIS	TAXAS ACUMULADAS	
		No Ano	Em 12 Meses
Jan.	5,85	5,88	3,57
Fev.	10,42	7,47	4,91
Mar.	-2,11	3,71	5,51
Abr.	-27,30	-4,38	3,59
Maió	-10,54	-5,81	2,23
Jun.	-15,66	-8,68	-0,19
Jul.	-8,57	-8,70	-1,71
Ago.	-8,71	-8,70	-3,29
Set.	-8,00	-8,61	-4,41
Out.	-7,85	-8,54	-6,21

FONTE: IBGE.

NOTA: As taxas refletem a variação do período de referência em relação ao período anterior.

## A consolidação da tendência de retração

O melhor entendimento dos resultados da primeira fase, que abrange os quatro meses iniciais do ano, pode ser conseguido através de uma divisão em dois subperíodos, cuja "performance", apesar de aparentemente contraditória, situa-se dentro de uma mesma tendência de diminuição do ritmo de crescimento da atividade industrial observada desde o final de 1989.

O primeiro subperíodo corresponde aos meses de janeiro e fevereiro e insere-se em um ambiente pré-hiperinflacionário, com todas as conseqüências desagregadoras da trajetória explosiva do processo inflacionário sobre os circuitos da produção e da circulação da economia brasileira.

A ocorrência de taxas positivas em todos os indicadores é parcialmente explicada pela expressiva transferência de ativos financeiros para ativos reais — no caso, a formação de estoques em níveis mais elevados — e pela base de comparação muito deprimida (efeito-base)<sup>13</sup>, uma vez que fevereiro de 1989 foi o mês em que se concentrou a absorção do impacto do Plano Verão, de forma a ter se constituído no pior mês em termos de produção física naquele ano. Apesar das taxas positivas de crescimento da atividade industrial no período, o seu ritmo foi declinante, consolidando a tendência de retração generalizada nos diversos ramos industriais.

O movimento de recuo da produção industrial também pode ser evidenciado pela queda de 83% em outubro de 1989 para 79% em janeiro de 1990 do nível de utilização da capacidade instalada, segundo a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, da FGV, e pela redução do emprego industrial, que, de acordo com a FIESP, começou a apresentar variações percentuais mensais negativas a partir de dezembro de 1989.

O segundo subperíodo corresponde à época da implantação do Plano Brasil Novo e identifica-se com taxas de crescimento acumuladas da produção da indústria de transformação brasileira muito baixas em comparação com as de igual período do ano anterior (Tabela 13).

---

<sup>13</sup> O efeito-base é um efeito estatístico decorrente de uma situação em que a base de comparação é atípica, favorecendo ou prejudicando artificialmente as taxas de crescimento do período posterior.



Tabela 13

Taxas de crescimento acumuladas por categorias de uso,  
da produção industrial brasileira — 1990

(%)

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR			MAIO-AGO	SET-OUT	JAN-OUT
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	Jan.-Abr.			
Indústria de transformação	7,47	-15,15	-4,38	-11,04	-8,26	-8,54
Bens de capital .....	6,08	-14,82	-4,18	-18,69	-14,19	-12,76
Bens intermediários .....	6,57	-11,40	-2,83	-10,76	-7,17	-7,97
Bens de Consumo .....	7,06	-16,03	-5,13	-6,00	-4,63	-5,42
Duráveis .....	8,61	-23,66	-8,28	-9,86	3,34	-6,36
Não duráveis .....	6,68	-14,15	-4,35	-5,05	-6,48	-5,19

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: 1. As taxas têm como base igual período do ano anterior.

2. Para o cálculo das taxas, foram utilizados os índices de base fixa mensal.

A perspectiva de uma drástica retração da demanda, somada à brutal contração da liquidez, que deixou os agentes econômicos sem recursos disponíveis no curto prazo que pudessem ser redirecionados para mercados de risco e de bens, a exemplo do acontecido após os planos de estabilização anteriores, provocou uma semiparalisia da atividade industrial, com impactos negativos generalizados, embora diferenciados, nos diversos gêneros e setores industriais: em abril, a queda na comparação mês sobre mês anterior na série sazonalmente ajustada (-24,34%) foi a maior já verificada desde abril de 1985. Com exceção de apenas quatro gêneros industriais, todos fazendo parte do setor produtor de bens de consumo não duráveis — vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; e fumo —, os restantes experimentaram recuos superiores a 20% com relação a março. Na comparação com abril de 1989, a queda foi ainda maior (-27,30%), atingindo especialmente os setores mais dependentes de financiamento: bens de capital (-31,81%) e bens de consumo duráveis (-36,14%) (Tabela 5 do Anexo 2 - Indústria). A rigor, entretanto, uma retração no bimestre março-abril não constituiria surpresa, mesmo na ausência de um plano de estabilização. É evidente que as medidas restritivas adotadas vieram sobrepôr-se ao clima contracionista — o índice acumulado do ano passou de uma expansão de 7,47% no acumulado até fevereiro para uma contração de 4,38% até abril, conforme a Tabela 12 —, porém o elevado nível de estoques industriais formados

preventivamente pelos fabricantes no primeiro bimestre também influiu no decréscimo da produção.<sup>14</sup>

Tal procedimento, se, por um lado, permitiu uma certa folga ao setor empresarial, uma vez que a demanda pouco retraída num primeiro momento pôde ser atendida pela desova de estoques de produtos acabados, por outro, constituiu-se em um elemento inibidor adicional da produção, a qual permaneceu semiparalisada, abrindo espaço para a promoção de um ajuste para baixo no nível de emprego — só na indústria paulista, houve 73 mil demissões no bimestre março-abril — e na duração da jornada de trabalho.<sup>15</sup>

## A volta à normalidade?

A segunda fase da trajetória da atividade fabril ao longo de 1990 abrange o período maio-agosto e corresponde a uma relativa normalização do nível de produção, que alcançou patamares mais próximos aos vigentes no início do ano (Gráfico 5), embora bastante distantes dos atingidos no mesmo período em 1989. Com exceção do segmento produtor de bens de capital, que piorou o seu desempenho (-18,69%), as taxas de crescimento acumuladas do quadrimestre para os demais setores, quando comparadas com as de igual período do ano anterior, evidenciaram uma "performance" mais favorável que a do bimestre março-abril, embora ainda marcadamente negativas (Tabela 13).

Em realidade, as taxas apresentadas na Tabela 13 não reproduzem fielmente a intensidade do movimento de recuperação da atividade manufatureira, devido à influência negativa do efeito-base. Ou seja, o quadrimestre maio-agosto de 1989 foi um período muito favorável para a atividade fabril daquele ano, especialmente o mês de agosto, para onde o incremento generalizado da demanda por bens de produção e de consumo puxou o tradicional pico de produção de outubro.

---

<sup>14</sup> De fato, segundo a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação Brasileira, enquanto, em janeiro de 1990, empresas responsáveis por apenas 6% das vendas informaram possuir um nível muito elevado de estoques, essa representatividade aumentou para 31% em abril.

<sup>15</sup> A esse respeito, ver o artigo *A Indústria Adapta-se ao Plano*, publicado no v.18, n.2, desta revista.

São vários os fatores que parecem ter determinado esse movimento ascendente da produção manufatureira no período em análise. A forte recomposição dos estoques desovados após o Plano até o mês de junho, e leia-se aqui principalmente automóveis e camionetas, televisores, rádios e equipamentos de som; a folga na liquidez resultante da possibilidade de pagamento de impostos em cruzados novos e da própria liberação irregular dessa moeda; a evolução relativamente favorável da massa salarial sustentada pela existência de um mecanismo de indexação informal de salários (concessão de antecipações salariais) associado a uma certa estabilidade das taxas inflacionárias; o desempenho mais favorável do setor externo, mais procurado pelos empresários pela necessidade de fazer caixa; e, por último, os impactos setoriais favoráveis advindos do processo eleitoral em escala nacional, seja pelo aumento da produção de gêneros industriais, tais como papel e papelão, matérias plásticas e têxtil, seja pela aceleração do gasto público descentralizado (B. Conj., 1990, p.69).

A par das limitações referidas, a Tabela 13 permanece elucidativa. Dois movimentos sobressaem-se na análise da mesma: primeiro, a evolução desfavorável do setor produtor de bens de capital, associada à queda da taxa de investimento da economia brasileira, a qual deverá situar-se em torno de 13% do Produto Interno Bruto em 1990, contra 17% do ano passado e 22% do final dos anos 70 (DCI, 12.12.90, p.7); e, segundo, a recuperação do de bens de consumo, em virtude da normalização da produção de autoveículos, principalmente no mês de agosto. Esta última foi viabilizada por uma demanda não atendida, que encontrou espaço após a passagem do impacto inicial do Plano Collor e das greves ocorridas nas montadoras e na indústria de autopeças.

## A recessão em marcha

Paradoxalmente, é na esteira da fase de recuperação que se definem os contornos de um novo período recessivo. A manutenção e o posterior aprofundamento da austeridade monetária<sup>16</sup> e fiscal adotada de forma contínua e determinada pelo Governo, combinada à permanência de

<sup>16</sup> Um bom exemplo de rigidez na política monetária diz respeito ao descasamento dos juros, isto é, taxas de juros tão diferenciadas para aplicação e captação de recursos, em prejuízo da primeira, que algumas empresas se vêem obrigadas a reduzir seus "markups" para poderem fazer caixa e manter sua produção ou para recorrer ao mercado financeiro (Suma Econ., 1990, p.16).

um quadro de desindexação salarial e de retorno de taxas inflacionárias mensais em torno de 15%, cedo ou tarde viriam a forçar um novo arrefecimento no ritmo da atividade produtiva.

Começando em setembro, com queda de 0,96% em relação a agosto (Gráfico 5) e de 8,00% em comparação com o mesmo mês do ano passado (Tabela 12), a terceira fase caracteriza-se pela acomodação da indústria ao arrefecimento da demanda, alterando o comportamento das empresas no que diz respeito aos seus programas de produção e ao redimensionamento dos seus quadros de pessoal (B. Conj., 1990, p.69).

O resultado do bimestre setembro-outubro, período para o qual se dispõe de dados, apontou um decréscimo de 8,26% na produção, em comparação com igual período de 1989, sendo que o índice acumulado em 12 meses, até outubro, indica uma queda de 6,21%, a maior desde setembro de 1982. Constata-se, assim, que a intensificação da atividade entre a indústria e o comércio, com as fábricas aumentando a produção do bimestre para atender aos pedidos do comércio para as vendas de final de ano, não aconteceu no volume esperado, inibindo uma reação expressiva dos principais setores industriais. Ainda assim, aumentou a produção de bens de consumo duráveis, principalmente a do setor de televisores, rádios e som e a do de automóveis para passageiros.

O indicador acumulado de janeiro a outubro permite uma melhor percepção do alcance da retração da indústria de transformação no corrente ano. Em termos de ramos investigados, apenas produtos alimentares e bebidas apresentaram crescimento positivo, embora as vendas desses setores tenham decrescido em termos reais. Os piores resultados, por sua vez, foram obtidos pelas indústrias mecânica, de material de transporte, de vestuário, de calçados e artefatos de tecidos e de produtos de matérias plásticas. A retração de 15,12% desta última é particularmente importante, pois se trata de uma indústria com forte encaqueamento com outros gêneros, seja na condição de produtora de material para embalagens, seja na de fornecedora de componentes, revelando-se, pois, um excelente termômetro da evolução do nível de atividade.

No âmbito das categorias de uso (Tabela 13), sobressai o mau desempenho do setor produtor de bens de capital, confirmando-o como o segmento mais duramente atingido pela estratégia recessiva. A nível de seus componentes mais representativos, destacam-se, conforme o IBGE, a acentuada retração da indústria mecânica (-13,82%), da construção naval (-62,6%) e da produção de máquinas e implementos agrícolas (-20,73%).

A má "performance" da indústria de bens de capital reflete-se no patamar médio de ociosidade com que vem operando. Segundo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), o nível médio de utilização da capacidade instalada para o setor como um todo situava-se em torno de 60%, em setembro, o mais baixo desde 1983. Especificamente no segmento produtor de bens de capital sob encomenda, a ociosidade alcançou cerca de 50%, com reflexos diretos no nível de emprego — já foram dispensados 23 mil dos 101 mil empregados existentes no final de 1989 — e no faturamento, o qual deverá ser 30% menor em 1990 (US\$ 2.995 milhões), voltando ao nível de 1973 (FSP, 10.12.90, p.B-7). Por ser um setor extremamente dependente do setor produtivo governamental, o mesmo encontra-se em crise devido à acentuada diminuição dos investimentos das empresas estatais, decorrente da redução de gastos exigida pelas metas fiscais, e ao atraso no pagamento dos serviços de obras e das aquisições de equipamentos já fornecidos. A inadimplência do Governo junto às empresas do setor representava um débito de US\$ 366,5 milhões em 31 de julho de 1990 (dívidas vencidas), permanecendo em fase de renegociação o montante dos débitos referentes a eventos contratados entre março e outubro, nos quais o Governo está tentando obter descontos entre 35% e 60%.

A situação da produção de máquinas e equipamentos seriados também é difícil. Segundo estimativas divulgadas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), no acumulado de janeiro a outubro de 1990, comparado com igual período em 1989, as vendas globais do setor e o número de empregados decresceram, respectivamente, 39,3% e 14,1% (DCI, 13.12.90, p.9). A virtual paralisação das encomendas após a decretação do Plano Collor, as altas taxas de juros, a defasagem cambial que se fez presente até outubro, bem como a falta de financiamentos para as exportações, amenizada com a criação do FINAMEX, em novembro, foram apontadas como determinantes desse fraco desempenho.

No caso específico da produção e da comercialização de máquinas e implementos agrícolas, os dados disponíveis confirmam um elevado nível de ociosidade no período em questão, decorrente de uma queda de 20% na produção. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a retração nas vendas é explicada pelos problemas conjunturais que afetaram o desempenho do setor agrícola, tanto na comercialização da safra 1989/90 como no custeio da de 1990/91.

O comportamento das demais categorias de uso reflete o movimento de contração no ritmo da atividade industrial que se fez presente em 1990, intensificado no último bimestre, de forma a haver um consenso

entre os economistas, os empresários e os técnicos do Governo de que o aprofundamento da recessão é um fato incontestável. A contração observada na demanda por bens de produção e de consumo, aliada à austeridade das políticas monetária e fiscal, bateu forte e generalizadamente nas atividades comercial<sup>17</sup> e industrial, alterando o comportamento sazonal das firmas em termos de programação de compras e de formação de estoques, com evidentes reflexos negativos sobre os níveis de emprego e de produção.

Nesse sentido, revestem-se de fundamental importância os dados divulgados pelo Departamento de Estatísticas (DECAD) da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), apontando, em novembro, a maior queda do nível de emprego nesta época do ano, em toda a década (-1,25%), correspondendo a 24.266 postos de trabalho. O mais preocupante, entretanto, é a continuidade da tendência de queda no nível de emprego, manifestada na primeira semana de dezembro (-0,56%), uma época usualmente de contratações, quando outros 10.832 trabalhadores foram dispensados. A taxa acumulada no ano já é de -8,94%, o que corresponde a um total de 187.839 demissões, cerca de 10% do contingente de mão-de-obra empregada no setor.

As informações disponíveis para o último quadrimestre do ano dão conta, pois, de que a evolução diferenciada da produção, do emprego e do consumo até então verificada perdeu fôlego. O decorrente aumento da consistência entre essas variáveis e a política macroeconômica de cunho recessivo passa a sinalizar um quadro de crise que deverá aprofundar-se nos primeiros meses de 1991. De fato, observam-se, neste final de ano, indicativos de contração acentuada da demanda, de estabilização do emprego em níveis relativamente baixos, embora com provável tendência à diminuição, de juros reais elevadíssimos, onerando sobremaneira a manutenção de níveis normais de estoques tanto na indústria como no comércio e a eventual captação de recursos para capital de giro, e, por fim, de agravamento dos indicadores de insolvência.

Em suma, os indicadores sinalizam o aprofundamento da recessão no primeiro trimestre de 1991, cujos efeitos poderão ser devastadores, caso não se fizerem acompanhar de uma correspondente desaceleração nas taxas de inflação. O momento e as condições sob as quais o reaque-

---

<sup>17</sup> Conforme a Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (CNDL), em pesquisa nacional realizada junto aos 480 clubes da categoria, o comércio varejista vai encerrar o ano com uma queda de 10% nas vendas, em relação ao ano passado.

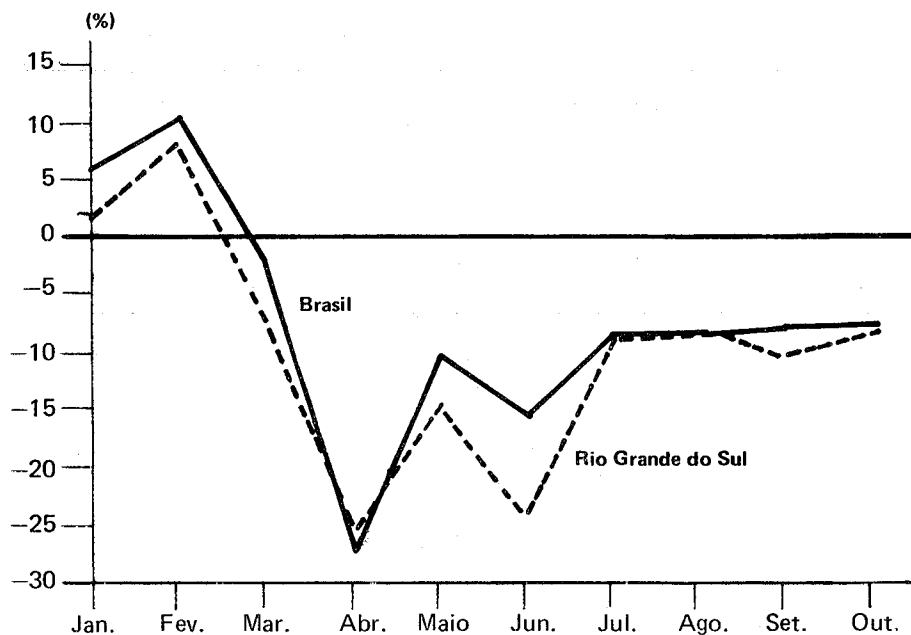
cimento do ritmo da atividade econômica deverá operar-se serão, evidentemente, ditados pelas características do processo recessivo em vigor. A hipótese mais difundida é a de uma lenta e gradual recuperação a partir de meados de 1991, desde que, no primeiro semestre, a variação dos preços seja efetivamente refreada.

## A indústria de transformação gaúcha: o mesmo ajuste traumático

A indústria de transformação gaúcha apresentou, em 1990, um desempenho semelhante ao da indústria nacional, em que pesem às distintas fases de crescimento e desaceleração analisadas no item anterior.

### GRÁFICO 6

#### TAXAS DE CRESCIMENTO MENSIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL – 1990



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: As taxas têm como base o mesmo mês de 1989.

Conforme pode ser observado no Gráfico 6, após dois meses de taxas de crescimento positivas, o mês de março inaugurou um longo período de contínuas quedas no indicador mensal da produção física industrial calculado pelo IBGE. A exemplo da indústria nacional, a produção local registrou, em abril, o pior resultado (-25,27%) dos últimos anos e entrou numa fase de relativa normalização da sua atividade a partir de maio, chegando, em outubro, com uma taxa de crescimento de -8,65%.

O destaque a ser dado diz respeito ao fato de que, apesar de acompanhar o movimento de avanços e recuos da indústria nacional, as taxas mensais de crescimento regionais foram sistematicamente menos positivas ou mais negativas, com exceção de dois meses: abril e agosto. É muito provável que foram os segmentos que evoluem segundo as especificidades regionais (principalmente aqueles que têm estreito vínculo com a agricultura) que determinaram essas variações de intensidade no desempenho do setor.

A evolução mensal do Índice de Desempenho Industrial (IDI) e de seus componentes, calculado pelo CEAG/IDERGS e apresentado na Tabela 14, confirma, em grandes linhas, a trajetória das taxas de crescimento da produção do IBGE. De um modo geral, os valores são positivos no primeiro bimestre e negativos a partir de então. A evolução das variáveis compras e vendas parece mais ajustada com as fases da atividade industrial, diminuindo a defasagem apontada em artigos anteriores (Ind. Econ. FEE, 1990; 1990a). A breve recuperação nos níveis de produção é particularmente visível nos meses de julho e agosto, quando melhora o desempenho do IDI e das vendas, e o consumo de energia elétrica chega a apresentar taxas de crescimento positivas. Por último, as informações disponíveis para os meses de setembro em diante sugerem uma nova fase de desaceleração da atividade manufatureira. O IDI de outubro, tradicional mês de pico de produção, voltou a apresentar uma taxa mais negativa (-15,04%), mostrando que a influência de fatores sazonais ligados ao setor agrícola e às expectativas de aumento da comercialização típico de final de ano, que lhe permitiram um tênue crescimento com relação a setembro, ficou aquém do esperado. O resultado disso é o seu posicionamento em um nível 3% inferior ao das tradicionais taxas de desempenho médio registradas nesse mês, na década de 80.



Tabela 14

Taxas de crescimento mensais de diversas variáveis da  
indústria de transformação gaúcha — 1990

	(%)				
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO
Produção física do IBGE .....	1,69	7,88	-7,53	-25,27	-15,04
IDI do CEAG/IDERGS	5,12	4,89	-15,05	-24,68	-23,92
Compras .....	21,36	6,08	-20,25	-32,95	-42,03
Vendas .....	-0,68	3,61	-46,24	-57,65	-47,21
Pessoal ocupado	-1,36	-2,18	-1,67	-4,51	-6,75
Salário médio ..	-2,90	6,14	-2,70	-13,77	-16,16
Energia elétrica	20,27	15,99	1,52	-15,71	-2,09
DISCRIMINAÇÃO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Produção física do IBGE .....	-24,20	-9,54	-7,92	-10,37	-8,65
IDI do CEAG/IDERGS	-22,14	-14,92	-15,59	-13,62	-15,04
Compras .....	-42,26	-39,34	-32,02	-29,79	-22,32
Vendas .....	-49,61	-23,68	-26,34	-23,16	-17,93
Pessoal ocupado	-7,94	-8,70	-9,04	-9,53	-2,02
Salário médio ..	-1,53	-3,72	-7,79	-3,96	-11,20
Energia elétrica	2,84	4,61	4,00	-2,45	7,84

FONTE: IBGE.  
CEAG/IDERGS.

NOTA: As taxas refletem a variação do mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Tabela 15

Taxas de crescimento acumuladas de diversas variáveis  
da indústria de transformação gaúcha — 1990

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS ACUMULADAS ATÉ OUTUBRO	
	No Ano	Em 12 Meses
Produção física do IBGE	-10,35	-8,64
IDI do CEAG/IDERGS ....	-13,21	-10,40
Compras .....	-25,92	-21,33
Vendas .....	-25,21	-22,52
Pessoal ocupado .....	-4,64	-3,69
Salário médio .....	-6,55	-4,34

FONTE: IBGE.

CEAG/IDERGS.

NOTA: As taxas refletem a variação do período de referência em relação ao mesmo período anterior.

As taxas de crescimento acumuladas das diversas variáveis da indústria de transformação apresentadas na Tabela 15 traduzem a grandeza do ajuste exigido pelo conteúdo recessivo da proposta macroeconômica adotada pelo Governo Collor. Tanto o índice de produção física do IBGE quanto o IDI apresentam quedas superiores a 10% no acumulado do ano. As taxas negativas acumuladas em 12 meses, até outubro, também são significativas e permitem uma estimativa de um recuo de, no mínimo, 10% na produção industrial, em 1990, quase três pontos percentuais

abaixo da média nacional (no caso dos índices do IBGE), comprovando o ajuste traumático da indústria local às medidas de política econômica adotadas. Nesse sentido, fica evidente que a queda na produção e nas vendas foi enfrentada com demissões e outras estratégias administrativas, que, aliadas à ausência de um sistema formal de indexação salarial, motivaram perdas reais de salário.

O comportamento negativo da variável pessoal ocupado ao longo de todo o ano é sem dúvida preocupante, requerendo uma melhor qualificação. Na verdade, o nível de emprego industrial começou a cair já no segundo semestre de 1989 e não parou desde então.<sup>18</sup> Nem mesmo a melhor "performance" do mês de outubro, conforme a Tabela 14, pode ser considerada alentadora, uma vez que ela continua negativa e se insere em um ambiente inevitavelmente recessivo, face ao aprofundamento do caráter restritivo das políticas monetária e fiscal, buscando reduzir a taxa de inflação. Segundo o Índice Conjuntural do Emprego Industrial (ICEI), elaborado pelo CEAG/IDERGS, o setor promoveu uma redução de 65 mil postos de trabalho (10,81% da força de trabalho) somente neste ano. Em decorrência, o número de empregos na indústria de transformação gaúcha caiu de 601 mil para 536 mil entre janeiro e novembro, tendo as dispensas se concentrado nas grandes empresas industriais. Dentre os setores que mais dispensaram estão: madeira; mobiliário; couros e peles; adubos e fertilizantes; mecânica; e calçados. As principais contribuições positivas ao nível de emprego ficaram por conta de metalúrgica; material de transporte; e bebidas.

A análise da evolução da produção física desagregada a nível de gêneros de indústria fornece elementos adicionais para um melhor entendimento da "performance" da indústria de transformação como um todo. Com base nesse nível de análise, torna-se possível identificar, dentre outros aspectos, quais os setores que determinaram a taxa de variação global, bem como o seu próprio comportamento no decorrer do ano.

Especificamente no bimestre setembro-outubro, as reduções mais fortes ocorreram, de acordo com o IBGE, em minerais não-metálicos (frascos de vidro e chapas ou telhas de fibrocimento); metalúrgica (arame de aço comum e ferro e aço fundido em formas e peças); e mecâ-

---

<sup>18</sup> Essa "performance" negativa da variável pessoal ocupado é confirmada pela evolução da taxa de desemprego calculada pelo IBGE para a Região Metropolitana de Porto Alegre, cujo patamar, em outubro de 1990, foi 80% superior ao do mesmo mês do ano passado, respectivamente, 4,11% e 2,27% da PEA.

nica (transportadores mecânicos de correia ou esteira e aparelhos de ar condicionado), que, juntos, contribuíram com cerca de 80%, em termos negativos, da taxa global. As contribuições positivas foram dadas por material elétrico e de comunicações, material de transporte (caminhões); e química, que, apesar de seu bom desempenho no bimestre, não conseguiram anular a contribuição negativa dos demais gêneros.

A trajetória declinante observada na análise do desempenho da indústria regional em 1990, a qual também fica respaldada nas informações relativas ao declínio da taxa de utilização média da capacidade instalada, atingiu mais fortemente as indústrias produtoras de bens de capital e de bens intermediários, embora as de bens de consumo também tenham sido largamente afetadas.

Com efeito, considerando-se os resultados acumulados nos primeiros 10 meses do ano, verifica-se a forte presença dos impactos negativos de gêneros de expressiva participação na indústria local, como: mecânica (-26,99%); química (-11,49%); metalúrgica (-13,75%); e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-11,37%), de acordo com o IBGE, influenciados pelos produtos transportadores mecânicos de correia ou esteira e máquinas e implementos agrícolas; adubos e fertilizantes fosfatados e fertilizantes compostos NPK; ferro e aço fundido e forjado em formas e peças; e sapatos, sandálias e botas para senhoras e calçados de couro para crianças. Por outro lado, ficou a cargo dos setores material elétrico e de comunicações (13,93%) e material de transporte (4,32%) a tentativa de sustentação do resultado, que se viu frustrada pela pouca representatividade desses segmentos na estrutura produtiva do Estado.

A forte desaceleração ocorrida na produção de bens de capital, entendendo-se aqui, basicamente, a indústria mecânica, insere-se em um quadro recessivo que vem caracterizando a trajetória desse setor a nível nacional, conforme já observado anteriormente. O toque regional diz respeito à predominância do segmento produtor de máquinas e implementos agrícolas, que apresenta um quadro de profunda instabilidade nos últimos anos.

Segundo informações do Sindicato da Indústria de Máquinas Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul (SIMERS), o faturamento desse segmento, que responde por 60% da produção nacional, caiu quase 40% nos primeiros nove meses do ano, em comparação com 1989. O cotejo com 1987 indica uma queda ainda maior: -50,28%. Operando com uma ociosidade em torno de 60%, os fabricantes desses produtos viram frustrada a sua es-

perança de retomar níveis de produção satisfatórios por ocasião da esperada demanda decorrente do plantio da safra 1990/91. A difícil comercialização da safra passada, retida por vários meses em alguns casos, e as dificuldades na liberação dos créditos para o custeio da nova safra, somadas a um comportamento mais racional dos produtores agrícolas, determinaram o fraco desempenho do setor.

No que tange aos bens intermediários, destaca-se a "performance" negativa acumulada das indústrias química, metalúrgica e de minerais não-metálicos, com destaque para a primeira, haja vista sua significativa participação na estrutura produtiva regional. Sua evolução vem sendo sistematicamente determinada pelo comportamento da produção de insumos básicos para a agricultura, principalmente fertilizantes compostos NPK e farelos de sementes oleaginosas, o que lhe garantiu taxas de crescimento mensais positivas nos meses de setembro e outubro.

Referentemente aos bens de consumo, o gênero que mais contribuiu para a formação da taxa global foi vestuário, calçados e artefatos de tecidos, e, dentro dele, a indústria calçadista, que enfrentou momentos críticos principalmente a partir do início do segundo semestre. Houve uma sensível queda nas vendas para o mercado interno e uma retração na receita das exportações (-6,2% de janeiro a outubro), esta última decorrente de uma defasagem cambial estimada em cerca de 30%. O aumento expressivo no número de concordatas e falências de empresas desse setor é um indicador concreto das dificuldades enfrentadas.<sup>19</sup>

Em suma, o desempenho do setor industrial gaúcho em 1990 retratou a crise econômica por que passa o País. As informações disponíveis a nível regional sinalizam um aprofundamento da trajetória recessiva, a qual deverá atingir seu ponto máximo no primeiro semestre de 1991. O tamanho da recessão ainda está por ser definido, entretanto é provável que a produção industrial gaúcha recue a um patamar bem inferior ao dos últimos quatro anos, quando se situou, em média, 22% acima do atingido no início da década de 80.

---

<sup>19</sup> Ver, com respeito a esse e vários outros aspectos, o artigo **A Indústria Brasileira de Calçados: Notas Preliminares**, neste número da revista.